



ONTOLOGIA E EPISTEMOLOGIA: UMA LEITURA DO MARXISMO DE J. CHASIN

Paola Baldovinotti Serpa

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus de Marília (bolsista/FAPESP)
Marília – SP - Brasil
paola_serpa@ig.com.br

Resumo: Neste artigo são apresentadas algumas reflexões sobre os devidos encadeamentos dos territórios da ontologia e da epistemologia – as quais são elaboradas seguindo o itinerário das principais formulações de J. Chasin sobre a problemática – com o propósito de contribuir para a o devido entendimento do significado de uma prática científica efetiva. A partir da argumentação que prima pelo resgate do *estatuto ontológico* da obra marxiana, J. Chasin expande o debate teórico para inclusive questionar o padrão da cientificidade na atualidade. Sem a pretensão de encerrar o debate, propomos uma argumentação que consideramos fundamental para aprofundamento das discussões.

Palavras-chave: Ontologia. Epistemologia. Prática Científica. Marxologia.

ONTOLOGY AND EPISTEMOLOGY: READING THE MARXISM OF J. CHASIN

Abstract: *This article presents some reflections on the proper thread of the territories of ontology and epistemology – which are prepared following the route of the main formulations of J. Chasin on the issue – with the aim of contributing to the proper understanding of the meaning of an effective scientific practice. From the arguments that excel for recovering the ontological status of Marx's work, J. Chasin expands the theoretical debate to even question modern scientificity standards. Without intending to wind up the debate, we propose an argument that we consider essential for deeper discussions.*

Keywords: *Ontology. Epistemology. Scientific Practice. Marxology.*

* * *

Introdução

J. Chasin, concorde-se ou não, é um expoente do marxismo brasileiro. Conhecido por sua empreitada de *resgate do pensamento marxiano*, desenvolve formulações que contribuem para o debate teórico de precisar o efetivo caráter da produção de Karl Marx. Ademais, uma polêmica que não se encerra na esfera teórico-filosófica, mas que se desdobra da proposta de um *movimento de ideias* capaz de analisar a realidade e dela arrancar a orientação da *práxis* revolucionária.

Negando a tese do “tríplice amálgama” – para a qual as formulações de Marx seriam o resultado da síntese da filosofia especulativa alemã, da política francesa e da economia política inglesa – J. Chasin, engajado na proposta de recuperar o *estatuto ontológico* do pensamento marxiano, afirma que em Marx há a instauração de um novo *corpus* teórico-filosófico que se dá justamente pelas críticas ontológicas desses três universos (à filosofia especulativa, à política e à economia política); sua superação é pela crítica e não pela soma do melhor dos três¹.

À esta ocupação mais particular, agregue-se a reflexão em destaque, que amplia a problemática à uma ordem mais geral:

Sem espírito ou dimensão ontológica, ou seja, sem o estatuto de uma *filosofia primeira*, é impossível sequer perceber quais são, num dado momento, os problemas científicos verdadeiros – o que deve ser estudado, qual a hierarquia dos mesmos e suas posições no quadro hierárquico das urgências sociais – nem se posicionar em face das vertentes, sem cair na falácia da equivalência e/ou complementaridade das mesmas, ou ainda sucumbir, de forma ainda mais deletéria, à invocação do pluralismo, que de invocação antidogmática passa à simples condição de camuflagem da ignorância e subterfúgio do oportunismo em teoria (CHASIN, 2000, p. 14).

Um pouco mais a frente, na sequência do mesmo texto acima referido, Chasin alerta para a *crise do pensamento em geral* posta na atualidade, a qual é sintetizada como “a destituição ontológica, a desilusão epistêmica e o descarte do humanismo. Ou seja, a aversão pela objetividade, a descrença na ciência e a destituição do homem” (*Op. cit.* p. 51).

Nesse sentido, como não indagar sobre os devidos encadeamentos dos territórios da ontologia e da epistemologia? Enquanto níveis diferenciados da *ideação* humana, como se relacionam filosofia e ciência? Questão altamente complexa – e não menos controversa –, para a qual se pretende oferecer algumas reflexões, entendidas como fundamentais, que contribuam para uma prática científica efetiva².

1. Como colocar o problema da *dimensão ontológica*

Os últimos duzentos anos registram, em tom mais ou menos uníssono, o tratamento da *ontologia* a partir da *perspectiva gnosiológica*. Isto significa que, em seus distintos matizes, a ontologia sempre acaba por ser concebida, de uma forma ou de outra, como *fundamentação do saber* – ou seja, como uma espécie de arcabouço teórico que torna possível a ciência no seu conjunto. Significativo é que esta concepção de ontologia encerra-se na esfera teórica, onde a *questão cognitiva* emerge como prioridade, de forma que, na teoria do conhecimento em geral, o conhecimento é a relação entre sujeito e objeto, entre ideia e ser. Portanto, o critério gnosiológico refere-se ao *saber*, ao campo da *subjetividade*; partir do ponto de vista gnosiológico é partir do *sujeito* – e ao tomar o sujeito como organizador da realidade

¹ Ver a respeito: *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

² A reflexão que segue na exposição é uma tentativa de compreensão das formulações centrais de J. Chasin sobre a problemática – que com toda certeza, ainda que altamente polêmicas e geradoras de controvérsias teóricas, são fundamentais para enfrentar a indagação referida. Os escritos utilizados para elaboração do artigo constam nas *referências bibliográficas*.

(proposição que culmina com o idealismo subjetivo de Kant) admite-se que os *critérios de verdade* são, assim, *subjetivos*.

De fato, o equívoco não consiste em colocar a ontologia como base do conhecimento, mas tomar esta como sua dimensão por excelência. A ontologia assim posta, priorizando-se o saber, gera graves distorções: sendo a subjetividade o pólo de que se parte, a importância do *ser* é reduzida, cujo valor parece provir somente do fato de sustentar a subjetividade; é como se a importância da *realidade* só emergisse por ser ela geradora de possibilidade da subjetividade. Mas, ademais de ser sim geradora de subjetividade, a realidade interessa por si própria. Por si mesmos, o *ser*, a realidade são de todo importantes. *Sustentar e afirmar o ser, o existente, o efetivamente reconhecido enquanto tal* é, nesse sentido, afirma J. Chasin (1998), a prioridade posta pela *dimensão ontológica*. Trata-se de focar, antes de mais nada, no território sobre o qual o saber se faz, ou seja, do *ser*, daquilo que é. Sendo a ontologia o *reconhecimento dos entes*, enquanto domínio do *ser*, ela refere-se à *objetividade*. Ter *critério ontológico* é primar pela sustentação da objetividade por si mesma, significa, pois, admitir que os *critérios de verdade* são *objetivos*. Se conhecer o real é precisamente conhecer a lógica do seu *ser*, do seu *dever*, a ontologia envolve o reconhecimento dessa efetividade em sua processualidade constitutiva.

Diante dessa “grave distorção no plano teórico pela qual o *ente* é perdido para sempre” (CHASIN, 1998) – posta seja pelas vertentes do ‘criticismo kantiano’ (em que a filosofia é, segundo o autor, reduzida à esfera da problemática do conhecimento) quanto da ‘metafísica clássica’ (cujo objetivo é alcançar *a priori* a certeza cognitiva) – Chasin propõe o designativo *posição ontológica* para que tal descaminho seja evitado, pois com ela:

[...] pretende também, pelo menos, precaver contra a unilateralidade decorrente da postura gnosiológica (sempre uma forma meramente especulativa a respeito da morfologia, do funcionamento, ou seja, da organização e atividade da subjetividade), instigando e, se rigorosamente praticada, orientando com rigor a pensar as coisas com seus próprios nexos, em direção a uma totalidade mais plena de determinações. A expressão pretende, pois, sinalizar e induzir à prática intelectual de caráter ontológico, concebida em sua forma mais consistente e consequente (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. V).

Assim, *posição ontológica* prima por:

[...] remeter ao lugar e às coisas, ou seja, o reconhecimento do mundo como multiverso de entes reais, objetivos e que, por isso mesmo, faceiam o observador prático ou teórico, não dependendo deste para existir, em face do qual são independentes. É, finalmente, o reconhecimento da prioridade das coisas nas relações cognitivas, sem desconhecer, é claro, o caráter ativo do investigador (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. IX).

E a ênfase no *reconhecimento* interessa, pois esta noção, além de remeter em primeiro plano ao *caráter prático da aproximação do ente*, e não puramente teórico, é também precisa quanto à “natureza da operação mental que designa – constatação ou reconhecimento, vale dizer a admissão de algo a respeito do qual o discurso pronuncia como forma imediata de representação” (VAISMAN, 2001, p. IX).

Como, consideradas essas asseverações, pensar a objetividade? De multiverso caótico e incongruente num primeiro momento, um olhar mais atento revela que a realidade constitui-se de objetos que se diversificam não só em relação aos outros como também em relação a si próprios. O que *permanece*, pois, no ser em seus distintos momentos? O que as coisas são? Neste diapasão, a questão do *uno* e do *múltiplo* é central para pensar a objetividade – pois é algo da própria existência que nos põe o diverso, a alteridade, o outro de si. Enquanto problema do conhecimento, a questão do uno e do múltiplo é derivada – que passa a ter sentido porque o existir se põe multifacetivamente. Admitindo que as coisas são assim (e não simplesmente nos parecem deste modo), *como sintetizar o diverso na unidade de um ente que é ele próprio, mas que tem facetas múltiplas?* Ter primado ontológico é reconhecer que *a unidade está no real* – diferentemente do critério gnosiológico que assume a unificação em nível do saber como sendo produto do sujeito. Após o reconhecimento de que a unidade está no real, um novo problema se põe: como captar (eu, agora sujeito) enquanto conhecimento esta unidade? (CHASIN, 1998).

2. Ontologia e Epistemologia

Seguindo o itinerário aqui proposto, temos, assim, que na reflexão ontológica, sem as distorções gnosiológicas – portanto, ontologia entendida como *consideração daquilo que é em sua efetividade* – o problema do saber se põe – mas como consequência e não como origem. Assim, na ordem determinativa do real, a *epistême* emerge como questão determinada e não determinante: *a determinação do que é antecede a admissão e o tratamento de temas gnosi-epistêmicos*. De tal sorte que,

[...] ainda e mesmo que todo o plano cognitivo possa ou tenha de ser impugnado, que toda ciência possa ou tenha que ser posta em dúvida e considerada simples ilusão ou equívoco, ou ter seu âmbito reduzido à pura convenção, resta o fundamental, o universo da prática ou da vida vivida em sua qualidade de confirmação da dupla certeza da existência do mundo e dos homens, e enquanto tal tem de ser reconhecido como ponto de partida da intenção ontológica, cujo propósito é se constituir em *base conceitual* de sua dilucidação [...] [De modo que,] partir da ou dar prioridade à prática significa, por seu turno, partir do caráter essencial do ser do homem, por sua exteriorização operativa no mundo, que confirma sua forma de vida ou modo de existência. Quer dizer, é um ponto de partida desde logo sob critério ontológico, ou seja, que considera a efetividade ôntica do homem e do mundo, de tal sorte que ambos são reconhecidos enquanto *atividade sensível*. (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. V e IX)

O universo ontoprático compreende *o complexo dos homens vivos e ativos*. É a esfera da vida humana, do necessariamente vivido, que não só antecede qualquer teoria como também é pré-condição para que qualquer pergunta teórica possa se dar. “A reflexão que tem como ponto de partida o ontoprático estabelece, assim, um pressuposto concreto (e não uma verdade ideada) do qual não posso me afastar, a não ser na imaginação”. Portanto, *reconhecimento ontoprático* significa partir da *prática real*; é então quando se põe a possibilidade efetiva de “encontrar, já numa analítica de desentranhamento desse complexo real, o devido lugar da ontologia, da

epistemologia e da ciência da história, que compreende dois grandes ramos: natureza e sociedade” (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. X-XI).

Em outras palavras, ainda com as de Chasin:

Sem a consideração do ontoprático, torna-se aleatória a localização que se confere tanto ao ontológico quanto ao epistêmico. A opção por um deles se torna uma arbitrariedade teórica e é, justamente isso que gera a *querela da fundamentação*, pois a decisão fica submersa ao plano teórico, ao jogo dos argumentos, à ambivalência do *logos*, que é irresolutivo.

Sem a consideração do ontoprático, parte-se, assim, de imediato da teoria e não do ser que faz a teoria, ou deste como uma abstração da inteligibilidade, ou seja, de uma faculdade abstraída do ser que a possui, gerando com isso um absurdo ontológico.

É, portanto, a partir da analítica do ontoprático, pelo reconhecimento de seus traços categoriais, que tem início a elaboração ontológica. Ou seja, a ontologia nasce como reflexão, conscientização, conceituação do ontoprático, enquanto primeiro objeto da ontologia, a partir daí se encaminha em direção à crítica – em termos de sua necessidade e lógica específica – do próprio ontoprático, isto é, do complexo dos objetos reais, aí incluído o homem. (CHASIN, 2001, p. X – XI)

Situada no território da explicação imanente, a prática ontológica constitui-se como um processo de verificação, de constatação no plano real. Ao apreender os nexos mais essenciais das categorias do ser – isto é, das dimensões ou predicados fundamentais de uma forma de ser, das determinações de sua existência – a ontologia efetiva-se como uma *afirmação fundamental*, abrindo caminho para a elucidação das situações concretas. Ou seja, trata-se de, agora, partir para a análise científica da realidade.

Nesta concepção, *ciência* é a afirmação cabalmente provada; ciência de base ontológica significa, pois, a correspondência entre a *representação que reproduz o real* e o *real*: correlação entre *formação ideal* e *formação real*, duas ordens distintas de configuração.

A ordem das coisas e da razão são distintas [...], ambas mutáveis e processuais – unidade da desidentidade em *ser* e *saber*. Assim, o mundo não pode ser deduzido racionalmente, mas reproduzido sob forma de ideia por meio de aproximações – empírico, abstrato, concreto – num processo intensivo e extensivo historicamente condicionado, possibilitado ou impedido – na dependência que fica da maturação do objeto e do posicionamento do sujeito³. O processo mimético é, portanto, reprodução conceitual de efetividades, donde se lida com duas ordens de formação: real e ideal. A reprodução conceitual apresenta, portanto, sua própria lógica, mas no interior da determinação sócio-histórica do pensamento, de modo que uma teoria do conhecimento (morfologia e dinâmica da subjetividade *in abstratu* e imutável) é incapaz de explicar o processo cognitivo, pois a faculdade humana da ‘força da abstração’ depende das possibilidades oferecidas pela determinação social do pensamento,

³ Para mais considerações dessas questões, consultar Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica (Op. cit.), especificamente a parte intitulada Teoria das Abstrações.

que, por sua vez, se manifesta e se configura pelo desenvolvimento dos objetos e da prática humana que sobre ela tem incidência. (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. XI)

Assim, a *verdade* é a precisa reprodução conceitual do ser, “é correlação conceitual entre entificação concreta e reprodução conceitual. Em suma, a reprodução conceitual nada mais é do que a transposição à cabeça, ordenada pelos nexos do real, na forma e pelos meios da própria atividade mental” (VAISMAN, 2001, p. XII).

A *ciência* é, nesse sentido, um objetivo em constante construção: conhecer o ente enquanto ente, em seu *ser e ir sendo*, em seu permanente processo de *deixar de ser e se tornar*. Em contraposição, partir do critério gnósio-epistêmico, ou seja, da subjetividade enquanto ordenadora do mundo, é produzir uma ciência falsificadora, na medida em que está, por seus pressupostos, impedida de desvelar a realidade. Virada à subjetividade desencadeada com Descartes e levada às últimas consequências com Kant, este é o padrão das ciências contemporâneas. Intersubjetividade é uma formulação sob critério gnosiológico; objetividade é algo do território da ontologia. Chasin é categórico em sustentar que o verdadeiro é estabelecido pelo *ente* e não pelos *estudiosos do ente* – tal como se institui no padrão atual onde a verdade científica é uma questão de consenso das subjetividades presentes. “A verdade importa à história e à sociedade como um conjunto, isto é, como vida humana em marcha” (CHASIN, 1998).

Mesmo porque, continua, a *logia* de alguma coisa é um discurso probante, onde a demonstração tem, necessariamente, que ancorar-se em elementos que se sustentam racionalmente, isto é, por si. A argumentação racional não pode, portanto, desdobrar-se na simples dependência da vontade, inclinação ou desejo do investigador... É algo que se põe na coerência por si próprio – de sorte que uma razão é sempre um resultado adquirido a partir do mundo dado. O racional demanda respeito ao ente, à objetividade. Não são regras de discurso, formadas a priori, que estabelecem o racional – isto é, a verdade das coisas; mas o desdobramento do próprio discurso se sustenta no ontológico. “E a racionalidade” – afirma Chasin (1998) – “é a expressão abstrata de uma articulação, de uma vinculação, de uma trama de relações do real”. A *verdade ontológica* se estabelece, portanto, num movimento que vai da objetividade à subjetividade. E por esse caminho – inverso ao posto pela perspectiva gnósio-epistêmica – é vetado à subjetividade o *devaneio da imputação*, só sendo admissível uma postura em que as coisas sejam explicadas de forma imanente, dilucidando seus nexos intrínsecos, oferecendo, pois, uma explicação racional.

A *ciência* é, pois, uma possibilidade efetiva e tem sua razão de ser, enquanto um pensamento que abraça um conjunto dado de fenômenos, pois o mundo não é um universo sem qualquer relação. E, diante do multiverso das coisas, a *prática científica*, a *elaboração teórica*, a *explicação*, consiste precisamente na investigação do ponto unitário desta diversidade em que a realidade se mostra. Se não houvesse nenhum *uno* não haveria ciência possível.

É da própria objetividade que a relação entre parte e todo tem que ser arrancada. É ela que faculta as possibilidades e os limites de uma inteligência objetiva em cada momento. O conhecimento é, nesse sentido, objetivo e processual – não sendo, portanto, gerado pela inteligência. O desejo do investigador ou o uso do ‘método correto’ *a priori* não garantem que o objeto seja conhecido.

Mesmo porque a certeza cognitiva não pode estar no ponto de partida, mas compreendida como alvo de uma busca permanente; procura intensiva e extensiva, cuja infinitude é posta a cada momento entre parênteses, no qual o grau de certeza alcançado é assumido como realização máxima, tendo por limites as possibilidades do tempo ou cenário histórico, grau a ser confirmado ou ampliado ou, ao invés, restringido na parte ou descartado no todo, posteriormente, com todas as suas implicações correlatas (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001 p. IX).

O aprendizado, o desenvolvimento, a própria vida humana – exemplifica o autor – levam à constatação da existência da relação *uno* e *múltiplo*. Descobrir articulações objetivas é no que consiste estabelecer essas relações do multiverso. Sendo vital, o problema do uno e do múltiplo é uma inquirição permanente na reflexão filosófica, desde sua instauração – seja enquanto ‘problema cognitivo’ (teoria do conhecimento), ou referente à ‘questão moral’ ou da ‘prática política’, seja quanto ao ‘problema do devir/devenir’, ‘ontológico’, etc. “Se o uno e o múltiplo constitui em problema, é porque o uno é o ser e que não obstante o uno sendo ser, o ser é numeroso e diferente” (1998). O pressuposto para a prática teórica, em qualquer de seus níveis de intelecção, consiste no entendimento de que a unicidade é algo do próprio objeto e não resultado de um ordenamento subjetivo. A ontologia deve dizer aquilo que realmente é, em sua unicidade e multiplicidade, no próprio real.

Quando o problema da ontologia é colocado pelo viés gnosiológico – ontologia como *base do saber*, ou seja, *fundamentalmente configurada em termos de que ela é aquilo que se põe para que a cognição se torne fundada* (tratamento característico da *metafísica clássica*) – sua dimensão essencial de ser uma *apreensão fundamental*, de se por *como apreensão de um real* tende a ser liquidada. Antes de ser simplesmente uma *condição de possibilidade do saber*, a ontologia já é um *saber*: *um saber constituído pelo em-si das coisas*. Sua importância resulta do fato de ser *um reconhecimento do real*, de modo que *o produto deste reconhecimento pode exercer as funções de base do conhecimento*. Um saber que compreende dois momentos: é antes *ontológico prático* (enquanto base da atividade) para depois ser *ontológico crítico* (como base da ciência).

Uma formulação precisa da ontologia, em termos de seu objeto e alcance, ou seja, de sua natureza e propósito, engloba tanto o reconhecimento de sua *origem prática, pré-teorética*, quanto de sua *função orientadora e sustentadora no plano teórico*. A *determinação do ser*, por conseguinte, “tem por alvo o ser em sua efetividade e determinado por suas qualidades”, isto é, “a *forma sensível* do ente compreende a plena riqueza do complexo categorial” (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p XV). Nesse sentido, a ontologia é:

A plataforma que leva da constatação mais abstrata do ser (tanto como substantivo quanto como verbo) à sua reprodução científica como substantivo. Enquanto tal é um *estatuto* – uma filosofia primeira, o cânon da legalidade do ser matizado pelos traços ou vetores categoriais fundamentais do ser por-si, que matriza a cientificidade tanto em sua forma mais abstrata – lógica – quanto em sua forma mais concreta – ciência.

O problema fundamental da filosofia primeira – *philosophia prima* – é o problema das categorias mais gerais do ser, aí incluso o ‘ato de ser’, donde em sua plenitude o ‘ato sensível de ser’ – *ens* e *esse*, o

ens essendi: complexo categorial pleno no ato de existir. (CHASIN *apud* VAISMAN, p. XV)

Assim,

À ontologia estatutária compete o reconhecimento dessa dimensão mais geral, base para a decifração científica concreta dos casos efetivos, que por sua vez confirmam ou não criticamente a determinação mais geral, ontológica. Não há, portanto um abismo separando ontologia de ciência, mas a continuidade de momentos distintos de uma mesma unidade de conhecimento, que interagem e se medem reciprocamente, se apoiam, estimulam e criticam num infinito processo constitutivo das certezas. (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. XVII)

Por esta linha reflexiva, a *dimensão mais universal* não está contraposta à *particular*, onde “o momento mais abstrato do reconhecimento da identidade das coisas por si” constitui “um dos momentos distintivos da unidade do saber, do qual participa um segundo, a ciência” (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. XXII). Enquanto momentos distintos do saber ou níveis diferenciados do conhecer, filosofia e ciência contribuem em suas especificidades para a apreensão das categorias dos entes, de suas determinações, articulações e diferenças específicas, enfim, para a elucidação da lógica intrínseca do ser em questão. Ontologia que, por seu turno, “se nutre das ciências e a elas responde, tanto quanto elas mesmas têm de responder aos lineamentos ontológicos pelos quais se guiam, mas aos quais não tomam como coágulos de saber imutável” (CHASIN *apud* VAISMAN, 2001, p. VIII). Portanto, na construção da unidade do saber, ontologia e ciência estão em contínuo e permanente movimento de potencialização e crítica recíprocas.

Conclusão

Refletir sobre *uma prática científica efetiva* implica enveredar-se pelo território ontológico, buscando na ordem determinativa do real as condições de possibilidade e o devido lugar da *epistème*. Isto, por conseguinte, conduz à necessidade de precisar o caráter da *dimensão ontológica*, desvinculando seu entendimento das distorções postas pelo tratamento de viés gnosiológico. Antes de ser *base do saber*, ontologia remete à objetividade, sendo, portanto, um reconhecimento dos traços mais gerais e abstratos da efetividade. É uma investida ao universo da prática, da vida humana em curso, esfera que antecede qualquer questionamento teórico, sendo sua existência (portanto também seu reconhecimento), inclusive, condição para que qualquer inquirição teórica possa se por.

De posse desse saber, que se constitui como *afirmação fundamental*, torna-se viável a análise dos casos concretos. Enquanto níveis diferenciados da ideação humana, filosofia e ciência não são formas concorrentes e / ou excludentes de conhecimento. Pelo contrário, a via de mão dupla que instauram de crítica e potencialização é que compõem a unidade do saber.

Se o saber é de fato um processo infinito de aproximações, de busca incessante de desentranhamento dos nexos e determinações constitutivos da efetividade, essas reflexões oferecem, no mínimo, assertivas fundamentadas para não só um questionamento acerca de uma prática científica efetiva como também para indagar sobre o padrão atual da cientificidade. *Se a verdade importa à história e à sociedade como um conjunto, isto é, como vida humana em marcha*, este é um

enfrentamento de todo necessário que leva a questionamentos inclusive da condição da universidade na atualidade: enquanto *locus* privilegiado da produção de saber, nossa postura enquanto investigadores das diversas áreas das *humanidades* faculta acesso à verdade das coisas ou registra mais um capítulo da *produção do falso socialmente necessário*? Em consonância ou não, a reflexão aqui exposta – elaborada a partir de algumas das formulações de J. Chasin sobre a problemática – traz elementos essenciais, cuja consideração é fundamental para um posicionamento positivo.

* * *

Referências

CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009. (escrito inicialmente publicado como *posfácio* do livro “Pensando com Marx” de F. J. S. Teixeira, Editora Ensaio, São Paulo, 1995).

_____. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. *Revista Ad Hominem*. Tomo III: Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. *Superação do Liberalismo* – transcrição literal das aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. De Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/j-chasin-superacao-do-liberalismo-doc-d132585437>.

VAISMAN, E. Apresentação: Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa. *Revista Ad Hominem*. Tomo IV: Dossiê Marx. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.